

## CIDADANIA E IDENTIDADE

ANTÓNIO PAULO DUARTE

Há uma relação entre a cidadania e a identidade. Essa relação deriva de a cidadania estruturar um olhar sobre o homem e constituir, desse modo, uma identidade da condição humana. A forma como a relação entre cidadania e identidade se arquiteta, à luz da história, e forja uma dimensão irreduzível ao ser humano, é o propósito deste breve excurso.

P2

## A TURQUIA FACE A UMA NOVA PERIFERIA EUROPEIA

LUÍS EDUARDO SARAIVA

Neste artigo abordam-se as novas questões de segurança da Europa, entre as quais as que podem advir da futura adesão da Turquia à UE. Analisa-se também a importância relativa que cada um dos 27 Estados-membros da UE e a Turquia dedicam aos orçamentos de defesa, argumentando-se que uma futura adesão da Turquia à UE constituiria um notável reforço das capacidades da política de segurança da UE, embora esta ideia possa ser contrariada pela questão da insegurança na vizinhança das fronteiras turcas.

P7



# CIDADANIA E IDENTIDADE

ANTÓNIO PAULO DUARTE

Assessor do Instituto da Defesa Nacional, professor auxiliar convidado do Departamento de Ciência Política da Universidade Nova de Lisboa e Investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa

## INTRODUÇÃO

Há uma relação entre a cidadania e a identidade. Essa relação deriva de a cidadania estruturar um olhar sobre o homem e constituir, desse modo, uma identidade da condição humana. A forma como a relação entre cidadania e identidade se arquiteta, à luz da história, e forja uma dimensão irredutível ao ser humano, é o propósito deste breve excurso. “Viver é ser outro” (Pessoa, 2007: 114). Com este dito Fernando Pessoa questiona a ideia de existir uma identidade fixa de raiz. “A essência do homem é não ter essência” (Couto, 2009: 75). Eis, no mesmo sentido, uma interpelação sobre a questão do que é a identidade de Mia Couto.

A identidade, julgamos, é algo de fixo, de estável, de nuclear. E a busca da identidade é, em resumo, detetar o núcleo irredutível de que somos feitos e, noutros termos, de como é composta, igualmente, a identidade coletiva. Tolentino Mendonça distingue, no pensamento, entre os que julgam a identidade como a cebola (em que o sucessivo descascar leva ao nada, ao vazio) daqueles que a veem como uma batata, em que retirado o revestimento, se desvela um núcleo essencial irredutível (Mendonça, 2011: 7).

O debate revela, não obstante, a dificuldade em fixar, para os indivíduos, e com maior razão, para as identidades coletivas, a sua identidade. A história é movimento, devir, desenrolamento e todo o agir transforma: a cada ação somos

outros (Pinón, 2009: 224).

Este curto texto interpela por isso a relação entre a cidadania e a identidade coletiva que dela desabrocha. Para os que não observam a possibilidade de fixação de uma identidade, esta relação será absurda. Para os outros, ela delinear-se-á segundo a lógica do núcleo irredutível que caracteriza o humano. Na realidade, nem uns, nem outros, andam tão afastados como a sua posição parece, inicialmente indicar.

Mia Couto e Fernando Pessoa, foram, tal como Nietzsche, quem mais alto levantou o questionamento de uma identidade fixa do homem - o homem é ponte, não tendo fim, vivendo para se superar - (Nietzsche, 1994: 222-224), reconhecendo no homem um último núcleo irredutível a todos, o da sua humanidade, o ou da sua condição humana (no caso do gigante filósofo alemão). Também Tolentino de Mendonça reconheceria a necessária alteridade identitária que caracteriza o homem e que se expressa na possibilidade, inscrita na sua natureza, de conversão (etimologicamente, revirar o olhar para Deus) (Mendonça, 2011: 11) face ao pecado, o fundamento da possibilidade da graça divina e eixo da pregação de Jesus Cristo na terra.

O desenvolvimento de uma cultura de cidadania marca uma reconstrução da identidade coletiva?

Esta interrogação é a hipótese que se lança ao leitor, e o desafio é demonstrar como a

# A identificação coletiva engendrada pela cidadania deriva da forma como se configura a relação de cada indivíduo com a governação e com o poder do Estado na era contemporânea, em resumo, a conexão entre cidadania e identidade passa pela política. A relação entre governados e governantes está, por isso, na base da análise que desenvolveremos, interpelando a relação entre a cidadania e a identidade.

cidadania foi um instrumento de identificação coletiva e de formação de uma sólida entidade comum que ainda hoje é muito difícil de sobrepujar, para o bem e para o mal.

A identificação coletiva engendrada pela cidadania deriva da forma como se configura a relação de cada indivíduo com a governação e com o poder do Estado na era contemporânea, em resumo, a conexão entre cidadania e identidade passa pela política. A relação entre governados e governantes está, por isso, na base da análise que desenvolveremos, interpelando a relação entre a cidadania e a identidade.

Na primeira parte trataremos de evidenciar a relação entre a cidadania e a nação (que corporiza a identidade coletiva contemporânea em termos de cidadania) para subsequentemente procedermos à identificação da relação entre a política e a cidadania, fundamento da identidade da nação.

## NAÇÃO E CIDADANIA

O mundo contemporâneo surge aquando da passagem do súbdito a cidadão (Henriques, Reis, Loia, 2006: 15).

O substantivo que caracteriza o indivíduo marca uma transformação da sua identidade. Essa transformação configura-lhe uma nova forma de se ver a si mesmo, assim como daquilo que o substancia e densifica como ser humano.

A passagem de súbdito a cidadão é concomitante com a travessia de reino a nação.

A nação, corpo coletivo, configura uma

relação distinta dos indivíduos com a sua identidade comum:

- (1) “Dois Homens pertencem a uma mesma nação se e só se partilharem a mesma cultura, a qual representa, por seu turno, um sistema de ideias, signos, associações, bem como modos de comportamento e comunicação.
- (2) Dois homens pertencem à mesma nação se e só se se reconhecem como pertencentes à mesma nação. Por outras palavras, as nações fazem os homens. As nações são artefactos de convicções, lealdades e solidariedades dos homens. Uma simples categoria de indivíduos (...) transforma-se numa nação, se e quando os membros dessa categoria reconhecem firmemente uns aos outros.” (Gellner, 1993: 19).

Segundo Ernest Gellner, a identidade nacional é composta por duas dimensões: uma deriva da identidade cultural (ideias, signos, associações, modos de comunicação e comportamento); outra deriva da vontade (o reconhecimento por parte de cada indivíduo de um conjunto de traços comuns com outros indivíduos, o que, em si, implica que há uma identidade cultural entre ambos). Esta segunda característica é, na visão do autor, um aprofundamento da primeira.

Na verdade, Anthony Smith demonstrou há décadas a relação entre a identidade étnica, algumas delas, muito arcaicas, perdendo-se nos limbos do processo histórico, e a emergência

das identidades nacionais: não existindo uma conexão imediata, a etnia funciona como um catalisador da nacionalidade e do nacionalismo (Smith, 1988: 155).

A ideia de nação francesa era anterior à Revolução Francesa: nos meios populares da França setecentista, na linguagem dos soldados dos Luíses, a palavra nação já era veiculada com frequência, uma forma de identificação entre aqueles que integravam-na e aqueles que dela estavam excluídos (Febvre, 2001: 251).

Não obstante, a palavra nação era um termo revolucionário em 1789: significava “democracia”, dava uma nova identidade aos franceses. Seria redutor, todavia, reduzir a nação a um emancipalismo etnicista. Há uma tensão entre a soberania nacional e a nação. Eric Hobsbawm refere que inicialmente os revolucionários franceses, assim como os norte-americanos, não distinguiam no conceito de nação a diferenciação étnica. A nação era o corpo popular, a comunidade dos homens libertos das grilhetas do obscurantismo absolutista, os membros do corpo político, o corpo de cidadãos dotados de soberania política, independentemente da sua etnicidade.

Foi a evolução da guerra durante o período revolucionário e napoleónico que levou à distinção étnica entre as nações, à tomada de consciência da identidade étnica e ao desejo de diferenciação com plena independência face às outras identidades nacionais. (Hobsbawm, 1998: 19-26, principalmente p. 23). O caso é

A nação é uma expressão da vontade cívica. Pode alicerçar-se em bases étnicas e culturais, mas, e em último *ratio*, a sua constituição depende da vontade da comunidade de homens que a constitui a querer conservar unida e alforriada. E assim é porque a nação corporiza a vontade coletiva da sociedade, e sublinhe-se, a vontade coletiva e consensualizada da sociedade.

A nação, como expressão de uma comunidade de homens, só pode ser democrática, na sua base, isto é representativa da vontade coletiva, mas a sua governabilidade implica, ademais, o reconhecimento de um quadro coletivo, ancestral e vindouro, integrador de todos os seus membros, que não se reduz aos interesses de quem pode participar politicamente no jogo político.

particularmente evidente para os alemães, nomeadamente para os de ideologia liberal, que inicialmente simpatizaram com a política francesa e que a invasão e ocupação empurraram para uma cada vez maior hostilidade à França (Guiomar, 2004: 185-190)

O próprio Gellner distingue essas duas dimensões,<sup>1</sup> falando de um nacionalismo cívico e de um nacionalismo étnico. O nacionalismo cívico, seguindo a ideia do historiador oitocentista francês Ernest Renan, residia na assunção de uma deliberada vontade conjunta de conservar a identidade comum e derivava de um projeto político consensualizado. Pelo contrário, o nacionalismo étnico era uma expressão de uma identidade alicerçada numa cultura e numa língua comum (Gellner, 1995: 45-46). O modelo cívico era, porém, matricial e estava na base da fundação das primeiras nações, cognominadas pelos seus fundadores, como tal: os Estados Unidos da América e a França (Gellner, 1995: 45).

Almeida Garrett, em princípios do século XIX, exprime a lógica do espírito cívico ao salientar que Portugal, então, a atravessar a crise política que levou à guerra civil entre liberais e

absolutistas, só com uma vontade deliberada baseada em instituições livres, poderia assegurar a sua independência e liberdade como nação entre nações (Garrett, [s/d]: 201-2).

A nação é uma expressão da vontade cívica. Pode alicerçar-se em bases étnicas e culturais, mas, e em último *ratio*, a sua constituição depende da vontade da comunidade de homens que a constitui a querer conservar unida e alforriada. E assim é porque a nação corporiza a vontade coletiva da sociedade, e sublinhe-se, a vontade coletiva e consensualizada da sociedade.

#### CIDADANIA E POLÍTICA

A cidadania, na sua origem, é um vínculo jurídico-político (Ramos, [s/d]: 823). A cidadania era a comunidade dos homens vinculados pela República - *Res Publica* (Lançon, 2003: 23-24). O cidadão era um dos membros de um corpo social (composto de cidadãos) dotado de capacidade política.

Ao corpo cívico dotado de soberania política, a Revolução Americana e a Revolução Francesa, denominaram-no de nação. A nação

é o corpo cívico dotado de soberania política, isto é, de capacidade e poder político (Hobsbawn, 1998: 19-22).

Não seria a cidadania, uma mera democracia então?

Almeida Garrett via a nação como uma vinculação dos reis e dos povos, como a conciliação do elemento democrático com o elemento aristocrático (Garrett, [s/d]: 205-206). O autor português via mesmo, e desde sempre, e relevava-o para as Cortes de 1640, que a monarquia se fundava num elemento democrático, a da representação nacional (Garrett, [s/d]: 207).

A ideia de nação de Almeida Garrett contém, em si, mais do que um princípio democrático. Ela contém uma ideia de comunidade, fundada na representação nacional, na democracia, mas para lá da democracia, em sentido estrito do termo, como uma ética da ação política fundada no respeito e responsabilidade de todos e para todos os que participariam daquela, os que conviveriam na nação.

A nação, como expressão de uma comunidade de homens, só pode ser

## A voz comum que reúne em homens em nome da assunção de responsabilidades coletivas, em prol da vida comunal, engendra, pela sua própria necessidade, e como fenómeno intrínseco a si próprio, um conjunto de laços, signos, símbolos, associações de ideias, em suma, uma linguagem comum, uma cultura comum: e isto é uma nação.

democrática, na sua base, isto é representativa da vontade coletiva, mas a sua governabilidade implica, ademais, o reconhecimento de um quadro coletivo, ancestral e vindouro, integrador de todos os seus membros, que não se reduz aos interesses de quem pode participar politicamente no jogo político.

A base é contudo axial. E é a partir da base que se edifica o quadro mais amplo comum que não se reduz ao jogo político. Jorge Borges de Macedo via o mundo contemporâneo como um espaço de pulverização social engendrado pela mobilidade e pela velocidade o que criava uma simultaneidade de gerações distintas a coabitar ao mesmo tempo e uma diversidade de experiências dissemelhantes e comportamentos diferenciados. Na ótica deste historiador, só a nação conseguia agrupar a “diversidade” num quadro comum, gerando uma voz coletiva e permitindo a criação de uma comunidade nacional e de um destino construído em comum (Macedo, 1987: 47-55).

Uma voz comum, o cerne de uma comunicabilidade coletiva, a chave da política. A política relaciona os homens. A política é a relação que se edifica entre os homens com vista à assunção de responsabilidades comuns, com base numa ética de responsabilidade, resultante da consequência dos seus atos na vida de todos os outros (Magris, 2011: 64-65). A política entretece os assuntos coletivos e comuns, por isso, a constituição mais perfeita alicerça-se na justiça (vista como equidade) e

harmoniza as forças contrárias que habitam na cidade (Platão, 2008: 158-160 e 172-173).

A voz comum que reúne em homens em nome da assunção de responsabilidades coletivas, em prol da vida comunal, engendra, pela sua própria necessidade, e como fenómeno intrínseco a si próprio, um conjunto de laços, signos, símbolos, associações de ideias, em suma, uma linguagem comum, uma cultura comum: e isto é uma nação.

Não é por acaso que a FRELIMO assumiu desde o início, a despeito do visceral anticolonialismo dos movimentos de libertação, que Moçambique independente teria como língua oficial a Língua Portuguesa: só ela dava unidade, só ela poderia criar uma comunidade, o que é muito mais relevante, ao unir e fundir num todo, os dialetos que pululam por Moçambique (Couto, 2009: 190-191).

Vê-se, pois, que a nação é uma cultura, mas é uma cultura fundada numa vontade de compartilhar uma vida coletiva e comum, na assunção de que cada indivíduo partilha e deseja partilhar com outros uma identidade coletiva, engendrando um espaço de comunicação conjunto, produzido por uma rede simbólica que todos devem conhecer.

O diálogo, a discussão, a partilha e a consensualização, base da vida em cidadania, edificam uma cultura comum, que engendra, por sua vez, uma nação.

Foi a relação dos governados com os governantes e a sua vontade em perdurar nessa

relação que fundou as modernas cidadanias europeias. A necessidade de uma linguagem comum que os fizesse entenderem-se e chegar a um consenso forjou a língua da nação e acabou por dar uma identidade comum aos seus habitantes. Alguma razão tinha Almeida Garrett ao ver nas Cortes de 1840 um princípio democrático: foi a vontade da “nação” que assegurou a independência nacional na porfiada Guerra da Restauração e garantiu, em última análise, o trono dos Bragança.

Ironicamente, a identidade engendrada pela cidadania justifica Fernando Pessoa e Mia Couto. “Acredito que a essência do homem é não ter essência. (...) As respostas devem ser encontradas na história” (Couto, 2009: 75-76).

A relação da cidadania com a política exprime esta “verdade do real”<sup>2</sup> (de que as identidades que a história forja são uma construção dos homens em relação uns com os outros): é da relação dos homens uns com os outros na busca de uma forma de viverem em conjunto com justiça e em paz (as funções básicas e sacrais da política) que deriva a construção da nação, ou seja, um espaço de identidade coletiva baseado numa cultura específica, fruto de uma língua que a necessidade de diálogo impôs como comum.

As nações modernas, mesmo como *regnum* e reinos ou monarquias, foram sempre espaços de diálogo político, através das Cortes, por muito tempo, entre outras fórmulas que se foram metamorfoseando. Foi a edificação de um

diálogo profícuo entre governantes e governados que engendrou a identidade nacional e forjou a nação.

A relação entre a cidadania e a identidade deriva, em suma, da necessidade de se dispor de uma linguagem comum que permita o diálogo e a discussão e o debate político. Só uma linguagem comum assegura que todos se entendem e podem chegar a consensos, que gerando a harmonia, obstem ao conflito, ao dissídio, à violência e à guerra e à mais terrível de todas as guerras, a guerra civil.

A nação expressa, em sùmula, a ideia de uma comunidade de homens livres que em conjunto gerem os seus destinos com justiça e em paz: é essa a sua força simbólica e concetual (para lá da “verdade do real” ou sendo na verdade, “a verdade do real”, tensão densa que impregna a história das nações).

## CONCLUSÃO

A identidade humana é elusiva, escapa-nos, pelo que se pode questionar até que ponto podemos nós olhar o Homem, cada homem, como tendo uma identidade precisa.

E se assim é para cada homem, mais ponderoso será o argumento para aquilo a que denominamos de identidade nacional ou coletiva: existe?

A cidadania será produtora de identidade coletiva? Haverá alguns fundamentos que relacionem a identidade e cidadania?

A política - a gestão comum dos bens coletivos que a todos pertencem com justiça (equilíbrio e ponderação) - fomenta o diálogo, o debate e a discussão, a partilha e consensualização em comunidade e na comunidade. A criação de fundamentos existenciais comuns para a gestão dos bens comuns com justiça deriva do diálogo, do debate, da discussão, da partilha e da consensualização, em comunidade e na comunidade. O diálogo, o debate, a discussão, a partilha e a consensualização implicam a geração de uma linguagem comum, de ideias, de símbolos, de signos comuns, em suma de uma

cultura comum a todos os membros da comunidade.

Edifica-se uma identidade comum: nasce aquilo a que hoje denominamos de nação.

A cidadania cria identidade comum porque põe os homens a dialogar uns com os outros sobre valores e os bens comuns.

## NOTAS

1 Este autor refere quatro modelos que se podem reduzir na prática a três: o nacionalismo cívico de matriz política, na medida em que a sua genealogia acompanha a edificação do Estado e de um Estado não étnico que progressivamente assume como sua a identidade da monarquia que o edifica (caso da França e caso de Portugal, que o autor não cita); o nacionalismo étnico alicerçado numa fortíssima e abrangente alta cultura de matriz étnica e linguística, fortemente literária e enraizada em grande parte da população (caso da Alemanha e da Itália); um nacionalismo forjada pela violência, que quando mais para Leste da Europa se caminha, mais brutal foi, e que deriva de não haver uma matriz étnica bem definida e de se encontrarem mesclados no mesmo território populações com raízes diferenciadas, e pior do que isso, por que mais problemático, distintas mesmo (Gellner, 1995: 45-47).

2 Utiliza-se uma expressão de Isidoro de Sevilha para caracterizar o fito da história, o de conseguir ver a verdade na construção do devir humano (Pomian, 1999: 83-84).

## BIBLIOGRAFIA

Couto, Mia, 2009. *E se Obama Fosse Africano e outras Intervenções*, Lisboa: Caminho.

Fevbre, Lucien, 2001. *Europa. Génesis de uma Civilização*, Lisboa: Teorema.

Garrett, Almeida, (s/d). *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa: Livros Horizontes.

Gellner, Ernest, 1993. *Nações e Nacionalismo*,

Lisboa: Gradiva.

Gellner, Ernest, 1995. *Encuentros con el Nacionalismo*, Madrid: Alianza Universidad.

Guiomar, Jean-Yves, 2004. *L'Invention de La Guerre Total, XVIII-XX Siècle*, Paris: Le Félin.

Henriques, Mendo, João Reis e Luís Loia, 2006. *Educação para a Cidadania*, Lisboa: Plátano Editora.

Lançon, Bertrand, 2003. *O Estado Romano: Catorze Séculos de Modelos Políticos*, Mem Martins: Publicações Europa-América.

Macedo, Jorge Borges de, 1987. “A Nação como Instrumento e Projeto de Defesa”, *Nação e Defesa*, Número Especial X Aniversário do Instituto da Defesa Nacional, pp. 47-55, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Magris, Claudio, 2011. *A História Não Acabou*, Lisboa: Quetzal.

Mendonça, José Tolentino, 2011. *O Tesouro Escondido: Para uma Arte da Procura Interior*, Lisboa: Edições Paulinas.

Nietzsche, 1994. *Assim Falava Zaratustra*, Lisboa: Guimarães Editores.

Pessoa, Fernando, 2007. *Livro do Desassossego*, Lisboa: Círculo dos Leitores.

Piñon, Néida, 2009. *Coração Andarilho*, Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates.

Platão, 2008. *O Político*, Lisboa: Círculo de Leitores.

Pomian, Krzystof, 1999. *Sur l'Histoire*, Paris: Éditions Gallimard.

Ramos, R. R. Moura, (s/d). “Cidadania”, in *Polis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, pp. 823-830, Lisboa: Verbo.

Smith, Anthony D., 1988. *The Ethnic Origin of Nations*, Oxford/New York: Basil Blackwell.

# A TURQUIA FACE A UMA NOVA PERIFERIA EUROPEIA

LUÍS EDUARDO SARAIVA  
Investigador no Instituto da Defesa Nacional

## INTRODUÇÃO

A Turquia tem sido sempre um membro incontornável da NATO, a aliança que tem defendido a Europa durante mais de meio século. A posição geoestratégica turca, controlando os estreitos do Bósforo e dos Dardanelos, tornou este país um membro inevitável da Aliança Atlântica que se opôs à União Soviética durante a Guerra Fria. Esta relevância não se terá perdido depois. O controlo do acesso ao Mediterrâneo, ou das rotas que trazem os recursos energéticos necessários ao Ocidente, é ainda um dos elementos de planeamento estratégico mais importante para as potências atuais.

Neste artigo abordam-se as novas questões de segurança da Europa, entre as quais as que podem advir da futura adesão da Turquia à UE. Analisa-se também a importância relativa que cada um dos 27 Estados-membros da UE e a Turquia dedicam aos orçamentos de defesa, argumentando-se que uma futura adesão da Turquia à UE constituiria um notável reforço das capacidades da política de segurança da UE, embora esta ideia possa ser contrariada pela questão da insegurança na vizinhança das fronteiras turcas.

O artigo começa por fazer a análise comparativa dos orçamentos de defesa dos aliados da NATO, demonstrando que a Turquia tem sido um parceiro muito empenhado na defesa da Europa. De seguida expõe a ligação da Turquia às missões de segurança e defesa

da UE e que, de direito, já exercia desde o período da União da Europa Ocidental (UEO), com vista a mostrar que aquele país tem capacidade, e ainda tem vontade, para assumir de forma muito concreta a sua cota-parte de responsabilidade na política comum de segurança e defesa da UE. Finalmente desenvolvem-se algumas ideias sobre as questões de segurança no flanco Sudeste da UE e aquelas que advirão da existência das novas fronteiras da UE com a eventual adesão da Turquia.

## A TURQUIA E OS ORÇAMENTOS DE DEFESA DOS ALIADOS

Debruce-mo-nos sobre a relevância da Turquia para a defesa do espaço euro-atlântico. É um dogma incontornável que a Aliança Atlântica tem sido a garantia da segurança da Europa permitindo que esta continuasse um espaço de prosperidade. Nesse sentido é útil confirmar o empenhamento dos aliados europeus no esforço da NATO. Parece claro que a Turquia desempenha aqui um papel incontornável, devido a uma série de características próprias. Está dotada das forças armadas com maior número de efetivos da Aliança Atlântica, depois dos EUA, e ocupa uma posição geoestratégica única entre o Mar Negro e o Mediterrâneo, entre a Europa e a Ásia. Para além disso é o mais relevante parceiro regional de Israel, não deixando de ser uma marcada

A Turquia tem sido sempre um membro incontornável da NATO, a aliança que tem defendido a Europa durante mais de meio século.

O controlo do acesso ao Mediterrâneo, ou das rotas que trazem os recursos energéticos necessários ao Ocidente, é ainda um dos elementos de planeamento estratégico mais importante para as potências atuais.

referência como um Estado democrático laico para todos os países muçulmanos da região e do Norte de África.

Como forma de confirmar a relevância da Turquia para a segurança e defesa da Europa, o que no entanto parecerá óbvio se se observar a história da Europa nos últimos duzentos anos, podemos analisar o esforço contributivo dos aliados da NATO. Assim, verifiquemos se e como os orçamentos de defesa dos aliados da NATO são relevantes para a defesa do espaço europeu. De acordo com os dados difundidos pelo Atlantic Council, uma instituição norte-americana que desde 1961 se dedica a estudar a relação transatlântica, os orçamentos de defesa dos aliados da NATO para 2011 não diferem muito dos do ano anterior, exceto para alguns valores que vale a pena sublinhar. No caso dos EUA, o montante do orçamento de defesa ultrapassa largamente três vezes o conjunto de todos os outros orçamentos dos membros da Aliança, 708 mil milhões de USD no orçamento dos EUA comparado com 267 mil milhões USD de todos os outros em conjunto (Atlantic Council, 2011).

**Despesas de defesa dos países da NATO**  
(em milhões de dólares EUA)

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Albânia					183	242
Bélgica	4 229	4 308	5 164	6 296	5 624	5 238
Bulgária	667	716	990	1 162	905	832
Canadá	13 204	15 044	17 926	19 775	19 095	23 736
Croácia					1 014	923
Rep. Checa	2 211	2 408	2 527	3 090	3 129	2 672
Dinamarca	3 468	3 897	4 175	4 788	4 337	4 486
Estónia	204	236	371	430	353	333
França	52 909	55 682	61 796	66 454	54 446	52 017
Alemanha	38 054	38 092	42 552	48 082	47 466	45 116
Grécia	6 752	7 313	8 208	10 102	10 157	8 860
Hungria	1 596	1 410	1 776	1 868	1 476	1 355
Itália	33 527	33 409	28 648	33 150	30 489	28 189
Letónia	204	314	444	539	316	242
Lituânia	305	353	453	531	402	329
Luxemburgo	244	247	286	214	202	267
Holanda	9 567	10 218	11 480	12 434	12 132	11 357
Noruega	4 885	5 012	5 875	6 371	6 196	6 393
Polónia	5 536	6 130	7 833	8 521	7 518	8 836
Portugal	3 143	3 154	3 309	3 714	3 738	3 682
Roménia	1 976	2 251	2 608	3 000	2 225	2 140
Eslováquia	823	911	1 139	1 411	1 350	1 098
Eslovénia	514	609	693	829	799	772
Espanha	13 054	14 434	16 724	18 685	16 944	15 335
Turquia	10 301	11 560	11 814	14 410	12 647	14 197
Reino Unido	55 894	59 076	68 896	68 108	58 240	60 438
Est. Unidos	503 353	555 950	586 106	729 544	757 466	785 831

Fonte: *Financial and Economic Data Relating to NATO Defence 2012*

Mas dediquemos aos outros aliados um pouco mais de atenção. Os três grandes depois dos EUA - Reino Unido, França e Alemanha - destacam-se nitidamente dos restantes. Nos orçamentos destes três países há redução relativamente ao ano transato do Reino Unido e da França e uma ligeira subida da Alemanha. Também contrariando a tendência geral de descida estão a Itália e a Turquia. Enquanto o Reino Unido em 2011 reduz o orçamento de defesa em 2 700 milhões de dólares, a França corta 1 130 milhões. A Alemanha sobe cerca de 600 milhões de dólares. Outro país onde há uma ligeira subida é a Turquia que acrescenta 200 milhões de dólares ao orçamento de 2011. É interessante notar que enquanto a Turquia tem o maior número de efetivos militares na NATO, a seguir aos EUA, o seu orçamento de defesa, 12 070 milhões de dólares, fica-se pelo sétimo lugar, atrás dos EUA, Reino Unido, França, Alemanha,

## A PESD foi construída sobre (e com) o *acquis* da UEO, organização onde a Turquia tinha um estatuto muito mais relevante do que aquele que lhe foi reconhecido com a nova iniciativa de segurança e defesa da Europa que substituiu aquela.

Itália e Canadá.

Desta análise ressalta, contudo, que a Turquia continua a ser um aliado fiável da NATO, parecendo dispor de um orçamento ajustado às suas necessidades de segurança e que, para além disso, dispõe de capacidade para colaborar com a UE no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da Europa. No entanto, como se verá, outras prioridades poderão vir a desviar o esforço financeiro e político turco das missões e operações da PCSD para outras atividades, nomeadamente as relativas a questões de segurança no Próximo e Médio Oriente.

### COLABORAÇÃO DA TURQUIA COM A PCSD

A UE dispõe de vários parceiros estratégicos os quais deve promover e equilibrar. A Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), atualmente denominada PCSD desde o Tratado de Lisboa, é um elemento importante neste contexto, notava Javier Solana em 2009. O Canadá, a Noruega, a Rússia, a Turquia e os Estados Unidos são todos contribuintes das missões da UE (Solana, 2002: 9). Na verdade, o grau de participação da Turquia nas operações e missões da União Europeia, no âmbito da PESD, tem sido elevado, tendo a Turquia sempre mostrado a sua disponibilidade para participar

em ações que considere relevantes. Mas esta disponibilidade já passou por alguns revezes. A PESD foi construída sobre (e com) o *acquis* da UEO, organização onde a Turquia tinha um estatuto muito mais relevante do que aquele que lhe foi reconhecido com a nova iniciativa de segurança e defesa da Europa que substituiu aquela. Em 1992 os membros europeus da NATO foram convidados para se tornarem membros associados da UEO para que pudessem participar plenamente nas atividades da organização (Tocci e Houben, 2001). Durante esse período, a Turquia, como membro associado, integrou a Assembleia Parlamentar, o Instituto de Estudos de Segurança e o Centro de Satélites. O fim da UEO acabou por ditar o afastamento da Turquia dessas três instituições. Na verdade, a UE rejeitou os direitos de que a Turquia gozava como membro associado, nomeadamente: (i) participação na mesma base que os membros da UE em operações militares da União às quais a Turquia atribuía forças; (ii) o direito de intervir nas reuniões do Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas (CAGRE) da UE e, como tal, apresentar as suas propostas; (iii) a plena participação em determinados conselhos e direito às mesmas regras que para a participação em reuniões do CAGRE e de outros grupos, como o

Comité Político e de Segurança (COPS) (Tocci e Houben, 2001: 5). No entanto, apesar do marcado desencanto, a Turquia não tem deixado de participar na PESD, quando solicitada.

Há que ver, contudo, que os países que foram deixados de fora no processo de alargamento poderão vir a procurar alguma outra forma de regionalismo, nomeadamente no Mar Negro, como uma alternativa fortemente credível às outras instituições Euro-atlânticas já existentes (King, 2008: 19). É pois de relevar que desde os anos 1990 a Turquia tem perseguido um novo papel regional, talvez para demonstrar o seu potencial como força de estabilidade e prosperidade nas fronteiras da Europa (King, 2008: 15), apesar de em Dezembro de 1999 lhe ter sido reconhecido oficialmente em Helsínquia o seu estatuto como Estado candidato à adesão.

Por exemplo, a cooperação entre a Turquia e a Rússia é já significativamente forte e poderá vir a tornar-se uma alternativa estratégica “suave” e informal à UE ou aos Estados Unidos, como nota Charles King (2008: 15). A Turquia é cofundadora da organização de cooperação económica do Mar Negro, fundada em Junho de 1992 e incluindo Albânia, Arménia, Azerbaijão, Bulgária, Geórgia, Grécia, Moldávia, Roménia, Rússia e Ucrânia. Esta organização, que inclui países membros da UE e

## A cooperação entre a Turquia e a Rússia é já significativamente forte e poderá vir a tornar-se uma alternativa estratégica “suave” e informal à UE ou aos Estados Unidos, como nota Charles King.

da NATO, tornou-se um veículo relevante de paz e segurança no Mar Negro, sublinha Zeyno Baram (2008: 15) Foi a partir do sucesso desta iniciativa que a Turquia promoveu o levantamento da Força do Mar Negro (BLACKSEAFOR), uma organização regional de segurança naval.

### RELEVÂNCIA DUMA NOVA PERIFERIA COM A ADESÃO DA TURQUIA

Na verdade, quando se fala da eventual futura adesão da Turquia à UE não se está a tratar de um assunto novo, ou seja, de novas fronteiras. A região do Mar Negro, tal como definida por Charles King, ou seja, regiões que envolvem um conjunto de ligações e interesses essenciais que aglutinam tanto os povos como as políticas, desempenhou um papel estratégico importante para as potências europeias durante os dois últimos séculos (King, 2008: 5) No século XVIII tornou-se claro para os estrategas europeus que a Rússia ambicionava obter vantagens nesta região à custa do Império Otomano, o que levou os europeus a rapidamente se aproximarem do Sultão, que acabou por tornar o império um amortecedor contra as investidas russas (King, 2008: 6). A Guerra da Crimeia levou à derrota da Rússia em 1856 por uma coligação da Grã-Bretanha, da França, do Império Otomano e do Reino da Sardenha. A guerra foi desencadeada pela Rússia, através de um ataque naval à

armada otomana, mas ficou demonstrado, e não apenas naquele período, que as ameaças a uma determinada Europa (sem a Rússia) poderiam ser encaradas como ameaças à Turquia, ou seja, que esta parece ser indissociável da defesa da Europa.

Os últimos alargamentos trouxeram uma consciência acrescida da importância das novas periferias da União Europeia, nomeadamente a Leste. Daí ter-se identificado a necessidade de a UE desenvolver um conjunto claro de estratégias para fazer face a essa nova vizinhança (King, 2008: 2). Com a futura adesão da Turquia a UE passaria a fazer fronteira com a Geórgia, a Armênia, o Azerbaijão, o Irão, o Iraque e a Síria. E se os últimos alargamentos já estenderam as fronteiras para regiões de maior afastamento social e cultural e mesmo política, o que não acontecerá com este grande (na perspetiva geográfica) alargamento?

Conforme nota Charles King, a região do Mar Negro, uma região que há uma década se encontrava no limite mais afastado da consciência europeia, tornou-se atualmente a próxima fronteira do pensamento estratégico europeu no que respeita a segurança energética, redes comerciais, migrações e outras áreas importantes da política (King, 2008: 1-2). As vizinhanças a Leste e a Sul, incluindo o Médio Oriente, o Magrebe, a Anatólia e o Cáucaso, são

de importância vital para o crescimento e reforço da segurança da Europa. E, nesta medida, é incontornável agora a importância da Turquia para a segurança da Europa, como já aconteceu com a adesão da Turquia à NATO, nos anos de 1950.

É inegável constatar que se encontra nos primeiros tempos do pós-Guerra Fria a génese de uma reconfiguração da política externa turca em moldes neo-otomanos, nota José Pedro Teixeira Fernandes (2011: 166-167). No entanto, um aspeto importante a reter é que esta reconfiguração foi efetuada de forma cautelosa e pragmática, e com cuidado de preservar, ao mesmo tempo, a orientação diplomático-estratégica anterior, de tipo pró-ocidental. Ou seja, procurando, pelo menos no que dependia da Turquia, manter uma ligação forte às instituições de segurança ocidentais - leia-se à NATO -, e dar continuidade às relações estratégicas privilegiadas com os EUA (Fernandes, 2011: 167).

Vitor Rodrigues Viana afirmava a 25 de Junho de 2011, a propósito da Turquia, no programa de televisão Nova Europa da RTPN, que parece ser necessária uma nova abordagem para a política europeia de vizinhança. Em termos de segurança para a Europa, notava, a Turquia é fundamental e pode ter um papel muito importante na ligação com os processos de transição democrática dos países árabes. Referiu também que na análise da

# As vizinhanças a Leste e a Sul, incluindo o Médio Oriente, o Magrebe, a Anatólia e o Cáucaso, são de importância vital para o crescimento e reforço da segurança da Europa

## A Turquia é fundamental e pode ter um papel muito importante na ligação com os processos de transição democrática dos países árabes.

problemática no mundo árabe há algumas questões fundamentais que não se podem perder de vista, nomeadamente o processo de paz no Médio Oriente e o programa nuclear do Irão, que necessitam de uma abordagem multilateral.

Em suma, parece claro que a Europa se tornará mais capaz de liderar processos de "apaziguamento" das questões tradicionais do Magrebe e Médio Oriente se contar com a Turquia, com a qual se parecem identificar, e não só religiosamente, os países dessas regiões, em comparação com os países do "clube cristão". Ou como ficará mais vulnerável às influências nefastas, que tanto podem vir dos extremismos religiosos como dos processos revolucionários descontrolados.

Qual a perspetiva turca da mudança no Médio Oriente e Norte de África? A maior parte dos turcos é contra a ideia de que o seu país seja um exemplo para as transformações que estão a ter lugar no Norte de África e no Médio Oriente, nota Katinka Barysch, vice-directora do *Centre for European Reform* - um *think tank* sediado em Londres -, num artigo publicado na página oficial desse centro (Barysch, 2011). No entanto, nota, não há dúvidas de que muitas pessoas no mundo árabe e para além dele se têm inspirado pela democracia de crescimento rápido, predominantemente muçulmana e secular que

começa agora também a lidar com os assuntos das difíceis minorias.

Essa ideia não impede que algumas decisões da Turquia não tenham desagradado em geral, na região. Como nota André Barrinha, "[em] Fevereiro de 1996, a aproximação entre a Turquia e Israel levou à assinatura de um acordo de cooperação militar entre os dois países, tendo provocado ondas de choque por todo o mundo muçulmano, particularmente no Egipto, na Síria, no Iraque e no Irão" (Barrinha, 2009).

Conforme refere Zerrin Torun (2011), a coexistência do Islão com a democracia no exemplo turco tornou-se altamente relevante para o futuro. No entanto, um grupo de peritos identificado por este autor, argumentará que o exemplo turco não pode ser aplicado ao Magrebe e Médio Oriente porque as estruturas sociais e políticas são completamente diferentes (Torun, 2011). Isto, apesar dos esforços turcos da última década, que "no âmbito da sua política externa, enfatizou as intenções de estabelecer uma política de boa vizinhança" (Godinho, 2011).

No entanto, conforme sublinha aquele autor, considerando que no Egipto aos militares foi atribuída a responsabilidade do processo de transição, mesmo este aspeto da experiência turca se torna relevante como um exemplo do futuro nessa região. Apesar de tudo, o autor não

deixa de notar que se deve considerar que a Turquia padece ainda hoje em dia dos vestígios da tutela militar. Assim, Torun nota que se os militares egípcios atribuírem a si próprios o papel de guardiães do novo regime, serão inevitáveis as tensões no novo sistema nacional, o que acabará por também influenciar a estabilidade internacional. Parece portanto ser necessário um novo modelo para as mudanças necessárias nos países da primavera árabe assim como para outros atores na região, nota aquele autor.

Haverá ainda outro grupo de peritos, afirma Torun, que argumentam que o valor do exemplo turco reside na experiência adquirida pelo Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP) que está no governo há oito anos. Apesar de ter sabido gerir a laicidade do Estado, na verdade a influência do islão político na Turquia não tem estado livre de problemas (Torun, 2011). Aquele autor afirma que os referidos peritos também argumentam que, considerando que a popularidade da Turquia subiu aos olhos do Médio Oriente desde que o AKP subiu ao poder, são os últimos oito anos que na verdade deveriam constituir um exemplo para os países que estão em mudança ou em vias de a fazer. O que é verdade é que a política externa exercida pelo AKP é bem-vinda na região. A opinião pública árabe - incluindo as suas elites - parece ter sido

A Turquia poderá não se encontrar nas melhores condições para ser considerada um modelo a seguir, por não ser totalmente reconhecida como fazendo parte da comunidade regional onde se situa geograficamente.

Uma Turquia no Médio Oriente parece ser inevitavelmente uma Turquia fora da Europa.

A mais importante iniciativa que o Ocidente deve encetar será encorajar um novo paradigma de segurança na região.

influenciada pela forma como o sistema parlamentar turco tem trabalhado desde o voto negativo ao pedido dos EUA para a abertura “de facto” de uma segunda frente contra o Iraque em território curdo, em 2003 (Torun, 2011).

Nota Barysch que “[n]a verdade, as imperfeições turcas podem aumentar a atração do mundo muçulmano pelo modelo turco”, (Barysch, 2011). Assim, nota que poucos serão os egípcios ou tunisinos com muito apetite pelos sermões europeus ou americanos sobre a melhor maneira de construir a democracia ou a economia de mercado. Por isso mesmo a Turquia é vista como um país que “lida relativamente bem com problemas conhecidos, tais como combinar democracia com autoridade religiosa, determinar o papel dos militares na política pós-revoluções e levar a cabo reformas económicas que criem postos de trabalhos para uma população jovem ambiciosa” (Barysch, 2011). No entanto, a Turquia poderá não se encontrar nas melhores condições para ser considerada um modelo a seguir, por não ser totalmente reconhecida como fazendo parte da comunidade regional onde se situa geograficamente. Nota André Barrinha que “[d]e acordo com a teoria dos complexos regionais de segurança, não é possível

fazer, ao mesmo tempo, parte de dois complexos regionais, pelo que uma Turquia no Médio Oriente parece ser inevitavelmente uma Turquia fora da Europa (Barrinha, 2009).

Como ninguém pode criticar o apoio ao estabelecimento de democracias na região, a questão que resta é qual o tipo de democracias que irá ser estabelecido, nota Torun. Este autor apresenta quatro recomendações. Em primeiro lugar, é essencial que o Ocidente aproveite esta oportunidade histórica e se coloque ao lado dos povos do Magrebe e Médio Oriente no estabelecimento de uma verdadeira democracia na região. Em segundo lugar, esta oportunidade é igualmente válida para o fortalecimento da credibilidade do Ocidente que necessita de ser reparada. A UE deverá estar pronta para oferecer diferentes tipos de ajuda e apoio, desde uma suficiente ajuda económica, pela organização de uma conferência de doadores, até à consolidação da democracia na região através do lançamento de missões de gestão civil de crises, se necessário. Como terceira recomendação, Torun propõe uma revisão e revitalização dos mecanismos existentes estabelecidos pela UE tais como a parceria Euro-mediterrânica e a Política de Vizinhaça. Finalmente, sugere que a

mais importante iniciativa que o Ocidente deve encetar será encorajar um novo paradigma de segurança na região, que terá lugar apenas se o conflito israelo-árabe, ou pelo menos a perspetiva de perda de vidas, cessar. Não poderá haver esperança para uma democracia, paz ou segurança sustentadas na região enquanto não for tratada a questão palestina (Turan, 2011).

#### NOTAS FINAIS

A Turquia é um elemento incontornável do sistema de defesa da Europa, como já demonstrou aquando da existência da UED, seja atualmente no contexto da NATO, seja, futuramente, no contexto da UE. De qualquer modo é já um elemento a considerar no âmbito da PCSD/PESD, com o qual tem vindo a colaborar. A adesão da Turquia à UE potenciará indubitavelmente esta intervenção na área de segurança e defesa, por um lado colocando a Europa mais perto dos problemas do médio Oriente e Norte de África, mas, por outro, dando-lhe capacidades extras para a sua resolução.

Assim, se se concretizar a sua adesão à União Europeia no futuro, a Turquia verá potenciada a capacidade de poder assumir-se como potência regional e intervir a favor da paz e

da estabilidade na região, constituindo-se adicionalmente como um muito válido interlocutor da Europa, na qualidade de Estado-membro da União Europeia, para a resolução das questões de segurança nas vizinhanças europeias.

## BIBLIOGRAFIA

Atlantic Council, 2011. *NATO's Defence Budget*. Disponível em [http://www.acus.org/new\\_atlanticist/natos-defense-budgets-2011](http://www.acus.org/new_atlanticist/natos-defense-budgets-2011). Consultado em 13 de janeiro de 2012.

Baram, Zeyno, 2008. "Turkey and the Wider Black Sea Region". in Hamilton, Daniel, e Gerhard Mangott (eds.), *The Wider Black Sea Region in the 21<sup>st</sup> Century: Strategic, Economic and Energy Perspectives*, Washington DC: Center for Transatlantic Relations.

Barrinha, André, 2009. *A Turquia e a Ilusão do Médio Oriente*. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n21/n21a10.pdf>. Consultado em 18 de janeiro de 2012.

Barysch, Katinka, 2011. "Can Turkey's rise lift Arab neighbors?", London: Center for European Reform. Disponível em [http://www.cer.org.uk/articles/barysch\\_yaleglobal\\_9june11.html](http://www.cer.org.uk/articles/barysch_yaleglobal_9june11.html). Consultado em 9 de junho de

2011.

Fernandes, José Pedro Teixeira, 2011. "A Política Externa da Turquia Face a Israel: o Regresso da Ambição Otomana", *Nação e Defesa*, n.º 127, pp. 158-180, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Godinho, Pedro Filipe, 2011. "A Perspetiva Turca sobre a União Europeia", *IDN Brief*, Outubro 2011, pp. 7-15, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional. Disponível em <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1341&od=31>. Consultado em 12 de dezembro de 2011.

King, Charles, 2008. "The Wider Black Sea Region in the Twenty-First Century: Strategic Economic and Energy Perspectives", in Hamilton, Daniel, e Gerhard Mangott (eds.), *The Wider Black Sea Region in the 21<sup>st</sup> Century: Strategic, Economic and Energy Perspectives*. Washington DC.: Center for Transatlantic Relations.

NATO 2012. *Financial and Economic Data Relating to NATO Defence*. Disponível em [http://www.nato.int/nato\\_static/assets/pdf/pdf\\_2011\\_03/20110309\\_PR\\_CP\\_2011\\_027.pdf](http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_03/20110309_PR_CP_2011_027.pdf). Consultado em 17 de janeiro de 2012.

Solana, Javier, 2009. "Preface", in Álvaro de Vasconcelos, *What Ambitions for European Defence in 2020?*, Paris: The European Union

Institute for Security Studies

Tocci, Natalie e Houben, Marc, 2001. "Accommodating Turkey in the ESDP", in *CEPS Policy Brief No.5*, May 2001, Brussels: Centre for European Policy Studies. Disponível em [www.ceps.eu/book/accommodating-turkey-esdp](http://www.ceps.eu/book/accommodating-turkey-esdp). Consultado em 16 de janeiro de 2012.

Torun, Zerrin, 2011. "Change in the Middle East and North Africa: a Turkish perspective", in *ISS Opinion*. Paris: European Institute for Security Studies Disponível em [http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Change\\_in\\_the\\_Middle\\_East\\_and\\_North\\_Africa\\_-\\_a\\_Turkish\\_perspective.pdf](http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Change_in_the_Middle_East_and_North_Africa_-_a_Turkish_perspective.pdf). Consultado em 18 de julho de 2011.